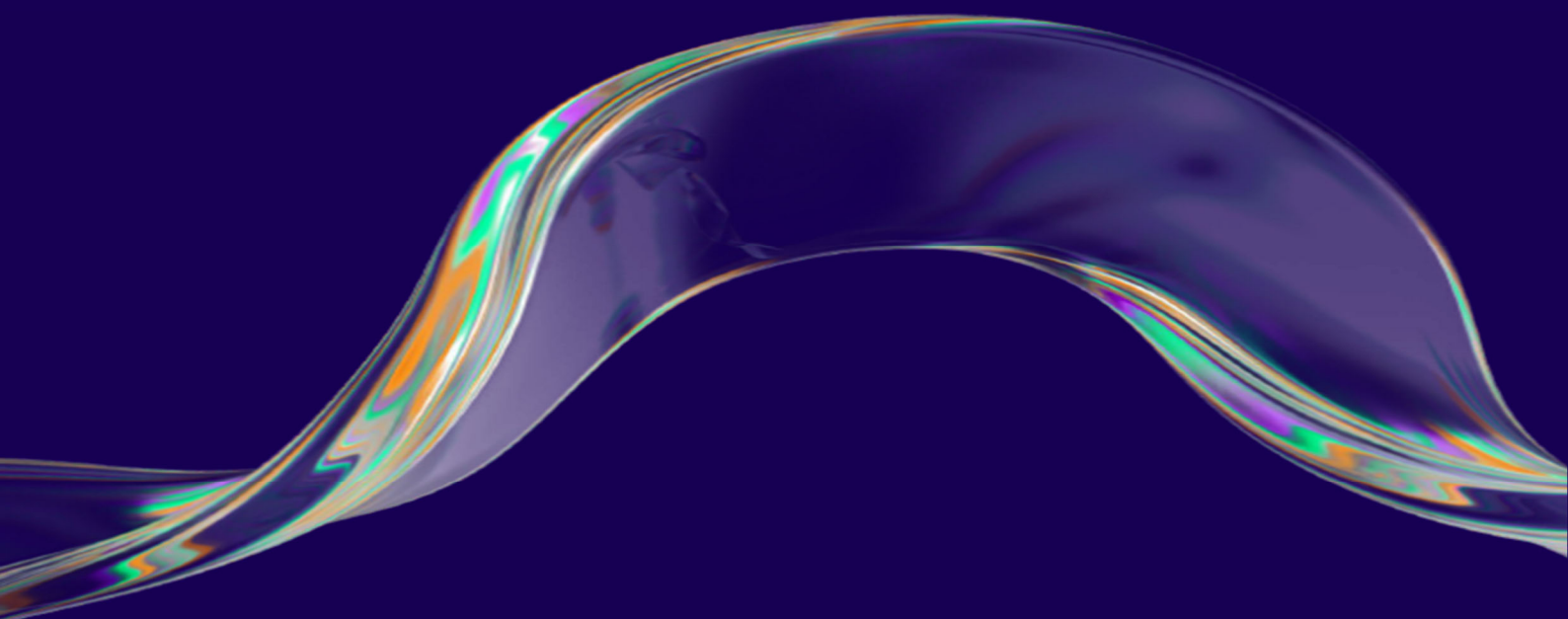


Cajuína AB1 Holdings S.A.



**Demonstrações financeiras
consolidadas e individuais em 31 de
dezembro de 2025**

Índice

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balço patrimonial	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

1	Considerações gerais.....	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	10
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	11
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	12
5	Receita.....	13
6	Custos e despesas.....	14
7	Resultado financeiro líquido	14
8	Caixa e equivalentes de caixa	14
9	Aplicações financeiras	15
10	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	15
11	Contas a receber de clientes	16
12	Recebíveis e obrigações de alienação de participação societária	16
13	Investimentos.....	17
14	Imobilizado	19
15	Obrigações com desmobilização de ativos.....	22
16	Provisão para litígios	22
17	Debêntures.....	23
18	Fornecedores.....	24
19	Partes relacionadas	25
20	Imposto de renda e contribuição social	25
21	Patrimônio líquido.....	27
22	Instrumentos financeiros e gestão de risco	27



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Cajuína AB1 Holdings S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cajuína AB1 Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

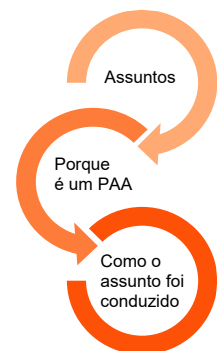
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção para as notas explicativas 5 e 19 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que as controladas da Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento da receita (Nota 5) Conforme descrito na nota explicativa 5, a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica, cujo reconhecimento ocorre quando a obrigação contratual de entregar energia é satisfeita e o valor da venda pode ser mensurado de forma confiável. O processo de receita ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao cliente, relacionada ao fornecimento de energia elétrica, calculada em base estimada, até 31 de dezembro de 2025, utilizando determinadas premissas oriundas dos contratos de venda de energia.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento da receita; Confronto dos saldos contábeis com os arquivos fiscais de faturamento; Recálculo, em base amostral, dos contratos, considerando volume e preço contratados;

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida e a utilização de premissas e critérios subjetivos nas estimativas de receitas não faturadas.	Teste, em base amostral, do recebimento subsequente das vendas do exercício; Leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 26 de março de 2025, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

Cajuína AB1 Holdings S.A.

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Cajuína AB1 Holdings S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Cajuína AB1 Holdings S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	5	177.623	96.916	-	-
Custo com energia elétrica	6	(42.863)	(17.266)	-	-
Custo com operação	6	(65.448)	(63.890)	-	-
Lucro		69.312	15.760	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	6	(1.584)	(1.143)	(47)	(150)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	2.447	(31)	-	1
		863	(1.174)	(47)	(149)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		70.175	14.586	(47)	(149)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial		-	-	68.735	9.946
		-	-	68.735	9.946
Resultado financeiro líquido	7				
Receitas financeiras		32.963	2.768	25.002	859
Despesas financeiras		(134.456)	(133.985)	(133.314)	(130.629)
		(101.493)	(131.217)	(108.312)	(129.770)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(31.318)	(116.631)	(39.624)	(119.973)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	20	(8.306)	(3.550)	-	-
Diferidos	20	(5.646)	204	(5.646)	(4)
Prejuízo do exercício		(45.270)	(119.977)	(45.270)	(119.977)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Cajuína AB1 Holdings S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(45.270)	(119.977)	(45.270)	(119.977)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(45.270)	(119.977)	(45.270)	(119.977)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Cajuína AB1 Holdings S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(31.318)	(116.631)	(39.624)	(119.973)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Equivalência patrimonial	13(b)	-	-	(68.735)	(9.946)
Juros e variações monetárias		125.823	131.206	125.866	128.486
Depreciação e amortização	6	51.915	50.357	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	6	3.422	-	-	-
Provisão (reversão) para litígios		132	-	111	-
Apropriação de custos de captações	7	5.161	2.134	5.161	2.134
Rendimentos sobre fundo de reserva		(1.845)	(9)	(1.845)	(9)
Ajuste a valor presente sobre obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	7	978	268	-	-
Ajuste a valor presente e atualização monetária da operação de alienação de investidas	7	(16.600)	-	(16.600)	-
		137.668	67.325	4.334	692
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		(23.472)	537	-	-
Tributos a recuperar		3.154	(462)	4.374	(186)
Receíveis de alienação de participação societária	12	6.364	-	6.364	-
Despesas pagas antecipadamente		567	-	-	-
Demais créditos e outros ativos		(178)	15.807	(98)	4.467
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		15.535	(8.501)	(4)	(238)
Tributos a recolher		(6.488)	(1.424)	(5.901)	(5)
Arrendamentos		-	(496)	-	-
Partes relacionadas		(73)	-	-	-
Demais obrigações e outros passivos		1	(1.005)	5.392	8
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		133.078	71.781	14.461	4.738
Juros pagos sobre financiamentos	17(c)	(78.374)	(76.801)	(78.374)	(76.801)
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		330	(2.214)	5.923	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		55.034	(7.234)	(57.990)	(72.063)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(16.632)	-	(2.867)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		1.845	-	1.845	-
Resgate (aplicação) de cauções e depósitos judiciais		(5.226)	-	99	-
Aumento de capital em controladas		-	-	-	(8.400)
Redução de capital em controladas	1.1.1(a)	-	-	19.330	-
Recebimento de dividendos		-	-	60.063	-
Aquisição de imobilizado e intangível		(35.487)	(29.804)	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(55.500)	(29.804)	78.470	(8.400)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Adição de custos com captação	17(c)	-	(8.032)	-	(8.032)
Liquidação de financiamentos	17(c)	(18.089)	(23.810)	(18.089)	(23.810)
Aumento de capital		-	173.458	-	173.458
Redução de capital	13(b)	(30.000)	-	(30.000)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(48.089)	141.616	(48.089)	141.616
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		(48.555)	104.578	(27.609)	61.153
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		113.539	8.961	61.248	95
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		64.984	113.539	33.639	61.248

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Cajuína AB1 Holdings S.A.

Balanco patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	64.984	113.539	33.639	61.248
Aplicações financeiras	9	16.675	-	2.867	-
Contas a receber de clientes	11	37.034	13.562	-	-
Tributos a recuperar		2.926	287	1.419	-
Recebíveis de alienação de participação societária		15.696	-	15.696	-
Dividendos a receber	19	-	-	3.326	570
Partes relacionadas	19	-	-	457.110	-
Despesas pagas antecipadamente		1.107	1.674	-	-
Cauções e depósitos judiciais		-	104	-	104
Outros ativos		1.285	1.100	111	-
		<u>139.707</u>	<u>130.266</u>	<u>514.168</u>	<u>61.922</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Cauções e depósitos judiciais		5.330	-	5	-
Recebíveis de alienação de participação societária	12	7.375	-	7.375	-
Tributos a recuperar		-	5.793	-	5.793
Outros ativos		-	7	-	13
		<u>12.705</u>	<u>5.800</u>	<u>7.380</u>	<u>5.806</u>
Investimentos	13	-	-	935.237	1.405.761
Imobilizado	14	1.312.085	1.333.353	-	-
Intangível		60.239	62.326	-	-
		<u>1.372.324</u>	<u>1.395.679</u>	<u>935.237</u>	<u>1.405.761</u>
Total do ativo		<u>1.524.736</u>	<u>1.531.745</u>	<u>1.456.785</u>	<u>1.473.489</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Financiamentos e debêntures	17(a)	15.791	18.475	15.791	18.475
Fornecedores		55.746	43.716	1	5
Tributos a recolher		4.428	1.936	23	1
Partes relacionadas	19	-	73	-	-
Dividendos a pagar	19	3	3	3	3
Outros passivos		139	104	-	104
		<u>76.107</u>	<u>64.307</u>	<u>15.818</u>	<u>18.588</u>
Não circulante					
Financiamentos e debêntures	17(a)	1.054.656	1.017.408	1.054.656	1.017.408
Imposto de renda e contribuição social diferidos		5.652	350	5.652	6
Obrigações com desmobilização de ativos	15(a)	13.137	12.159	-	-
Provisões para litígios		132	-	111	-
Obrigações de alienação de participação societária	12	12.835	-	12.835	-
Outros passivos		-	34	5.496	-
		<u>1.086.412</u>	<u>1.029.951</u>	<u>1.078.750</u>	<u>1.017.414</u>
Total do passivo		<u>1.162.519</u>	<u>1.094.258</u>	<u>1.094.568</u>	<u>1.036.002</u>
Patrimônio líquido	21				
Capital social		551.461	581.461	551.461	581.461
Prejuízos acumulados		(189.244)	(143.974)	(189.244)	(143.974)
Total do patrimônio líquido		<u>362.217</u>	<u>437.487</u>	<u>362.217</u>	<u>437.487</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.524.736</u>	<u>1.531.745</u>	<u>1.456.785</u>	<u>1.473.489</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Cajuína AB1 Holdings S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2024		408.003	(23.997)	384.006
Prejuízo do exercício		-	(119.977)	(119.977)
Total do resultado abrangente do exercício		-	(119.977)	(119.977)
Demais mutações patrimoniais do exercício				
Aumento de capital		173.458	-	173.458
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		173.458	-	173.458
Em 31 de dezembro de 2024		581.461	(143.974)	437.487
Prejuízo do exercício		-	(45.270)	(45.270)
Total do resultado abrangente do exercício		-	(45.270)	(45.270)
Demais mutações patrimoniais do exercício				
Redução de capital	1.1.1 (b)	(30.000)	-	(30.000)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		(30.000)	-	(30.000)
Em 31 de dezembro de 2025		551.461	(189.244)	362.217

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

1 Considerações gerais

A Cajuína AB1 Holdings S.A., ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 12 de janeiro de 2022. A Companhia tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital de outras sociedades como acionista, quotista, por meio de outras modalidades de investimento, como subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou partes beneficiárias, ou ainda por qualquer outra forma admitida em lei, que atuam em lei, que atuem na área de geração de energia elétrica em toda as suas formas, bem como na comercialização de energia elétrica proveniente das usinas.

A Companhia é diretamente controlada pela Tucano Holding I S.A. e indiretamente pela Auren Participações S.A.

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

Eólica	Localização	Portaria MME	Capacidade instalada MW	Início da concessão	Término da concessão
Ventos de Santa Tereza 02	Maracanaú/CE	REA 9263/2020	39,9	09/10/2020	08/10/2055
Ventos de Santa Tereza 03	Maracanaú/CE	REA 9274/2020	45,6	09/10/2020	08/10/2055
Ventos de Santa Tereza 05	Maracanaú/CE	REA 9478/2020	45,6	09/10/2020	08/10/2055
Ventos de Santa Tereza 13	Maracanaú/CE	REA 9274/2020	45,6	09/10/2020	08/10/2055
Ventos de Santa Tereza 14	Maracanaú/CE	REA 9275/2020	45,6	09/10/2020	08/10/2055

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Movimentação de capital em controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ocorreram as movimentações de capital das controladas conforme tabela a seguir:

Controladas	Aumento (redução)		
	Transferência bancária	Transferência de ativos	Total
Ventos de Santa Tereza 02 Energias Renováveis S.A.	(5.000)	-	(5.000)
Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A.	(7.900)	(197.950)	(205.850)
Ventos de Santa Tereza 05 Energias Renováveis S.A.	1.200	-	1.200
Ventos de Santa Tereza 05 Energias Renováveis S.A.	(6.500)	(259.160)	(265.660)
Ventos de Santa Tereza 13 Energias Renováveis S.A.	(558)	(124.006)	(124.564)
Ventos de Santa Tereza 14 Energias Renováveis S.A.	(880)	-	(880)
Cajuína AB3 Holdings S.A.	308	124.006	124.314
	(19.330)	(457.110)	(476.440)

(b) Movimentação de dividendos de controladas

Investidas	Provisionados em 2024	Intercalares e Intermediários	Recebidos	Saldo em 2025
Ventos de Santa Tereza 02 Energias Renováveis S.A.	160	16.523	(16.640)	43
Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A.	142	15.760	(15.852)	50
Ventos de Santa Tereza 05 Energias Renováveis S.A.	96	3.753	(3.753)	96
Ventos de Santa Tereza 13 Energias Renováveis S.A.	90	9.851	(9.941)	-
Ventos de Santa Tereza 14 Energias Renováveis S.A.	82	13.795	(13.877)	-
Cajuína AB3 Holdings S.A.	-	3.137	-	3.137
Saldo final	570	62.819	(60.063)	3.326

(c) Redução de capital

Em 25 de agosto de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital social no montante de R\$ 30.000, passando o capital social de R\$ 581.461 (dividido em 581.460.598 ações ordinárias) para R\$ 551.461 (dividido em 535.306.752 ações ordinárias).

(d) Operações de alienação de investimentos – BRF S.A.

Em 19 de dezembro de 2025 a Companhia assinou um contrato de compra e venda de ações com a BRF S.A. (“BRF”), de forma que a BRF se tornou, nesta data, detentora de 68.441.933 ações ordinárias Classe B, nominativas e sem valor nominal, representativas de 49% do capital social total e 98% do capital social votante (“Operação”) de sua controlada direta Cajuína AB3 Holding S.A.

O preço total de aquisição das ações ordinárias B (“ONB”) é de R\$ 30.744, sendo que R\$ 6.364 foram pagos, pela BRF à Companhia, na data da assinatura do contrato, e o saldo remanescente será pago até 12 meses contados da assinatura do Termo de Fechamento, mediante transferência eletrônica. Conforme definido em contrato, o preço de aquisição será atualizado pela variação positiva do IPCA, desde 01 de julho de 2024 até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

1.1.2 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgará informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, e diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela Controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

As demonstrações consolidadas financeiras da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 31 de março de 2026.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Algumas notas explicativas presentes nestas demonstrações contábeis sofreram alterações de apresentação para garantir e assegurar a comparabilidade e transparência das informações financeiras, considerando todas as mudanças estruturais decorrentes do processo de harmonização das práticas contábeis adotadas pela Companhia.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$).

2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2025	2024		
Ventos de Santa Tereza 02 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração eólica
Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração eólica
Ventos de Santa Tereza 05 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração eólica
Ventos de Santa Tereza 13 Energias Renováveis S.A. (i)	50%	100%	Ceará - Brasil	Geração eólica
Ventos de Santa Tereza 14 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração eólica
Cajuína AB3 Holdings S.A. (ii)	51%	100%	São Paulo - Brasil	Holding

(i) Em novembro de 2025, foi realizada reestruturação societária, na qual a controlada passou a ser 50% da Companhia, e 50% da controlada Cajuína AB3 Holding S.A.

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia realizou operação de alienação de participação societária da controlada Cajuína AB3, para as quais, apesar das correspondentes alienações, há cláusulas contratuais que garantem à estas controladas o controle sobre a totalidade do retorno desses investimentos, razão pela qual estão sendo consolidadas em 100%.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 2025

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”.	1° de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1° de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1° de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1° de janeiro de 2027

Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia e suas controladas tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
13	Investimentos
14	Imobilizado
15	Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

As controladas da Companhia seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenhos previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

Contratos *wholesale*: representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da garantia física das Controladas da Companhia.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2025	Consolidado 2024
Receita bruta			
Venda de energia			
Partes relacionadas	19	171.724	97.320
Contratos <i>Wholesale</i>		4.848	-
Energia de curto prazo – CCEE		8.985	3.097
		185.557	100.417
Outras receitas			
Outras receitas		-	1.334
		185.557	101.751
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(6.771)	(3.509)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(1.163)	(1.326)
		(7.934)	(4.835)
Receita líquida		177.623	96.916

6 Custos e despesas

	Consolidado				
	2025				2024
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total
Energia comprada	(27.852)	-	-	-	(27.852)
Encargos de uso da rede elétrica	(15.011)	-	-	-	(15.011)
Depreciação e amortização	-	(51.700)	(215)	-	(51.915)
Pessoal	-	-	(16)	-	(16)
Pessoal	-	-	(16)	-	(16)
Materiais	-	(779)	(51)	-	(830)
Materiais	-	(779)	(51)	-	(830)
Serviços	-	(7.796)	(1.139)	-	(8.935)
Serviços de operação e manutenção	-	(5.651)	-	-	(5.651)
Serviços de terceiros	-	(2.145)	(1.155)	-	(3.300)
Outros	-	(5.173)	(163)	-	(5.336)
Aluguéis e arrendamentos	-	(2.692)	(4)	-	(2.696)
Seguros	-	(2.098)	-	-	(2.098)
Impostos, taxas e contribuições	-	(371)	(24)	-	(395)
Outros custos e despesas líquidas	-	(12)	(135)	-	(147)
Demais (despesas) receitas	-	-	-	2.447	2.447
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(3.422)	(3.422)
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	5.869	5.869
	(42.863)	(65.448)	(1.584)	2.447	(107.448)
					(82.330)

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		14.664	1.908	6.709	33
Ajuste a valor presente sobre opção de compra de ações alienadas	12	18.476	-	18.476	-
Juros sobre ativos financeiros		130	861	130	859
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(319)	(42)	(318)	(42)
Outras receitas financeiras		12	41	5	9
		32.963	2.768	25.002	859
Despesas financeiras					
Juros sobre financiamentos	17(c)	(78.345)	(76.573)	(78.345)	(76.573)
Atualização monetária sobre financiamentos	17(c)	(47.521)	(51.913)	(47.521)	(51.913)
Atualização monetária sobre provisão para litígios		(7)	(9)	(7)	(9)
Apropriação dos custos de captações	17(c)	(5.161)	(2.134)	(5.161)	(2.134)
Ajuste a valor presente e atualização monetária sobre obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	15	(978)	(268)	-	-
Ajuste a valor presente sobre opção de compra de ações alienadas	12	(1.876)	-	(1.876)	-
Outras despesas financeiras		(568)	(3.088)	(404)	-
		(134.456)	(133.985)	(133.314)	(130.629)
		(101.493)	(131.217)	(108.312)	(129.770)

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração entre 99,45% do CDI (90% em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa				
Caixa e bancos	729	62.792	91	61.248
	<u>729</u>	<u>62.792</u>	<u>91</u>	<u>61.248</u>
Equivalentes de caixa				
Quotas de fundos de investimentos (i)	63.890	20.541	33.438	-
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	365	30.206	110	-
	<u>64.255</u>	<u>50.747</u>	<u>33.548</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>64.984</u>	<u>113.539</u>	<u>33.639</u>	<u>61.248</u>

(i) As quotas de fundo de investimento, pertencem majoritariamente ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren, além de outros fundos. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa média de remuneração entre 99,45% do CDI.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs")	7.174	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	9.501	-	2.867	-
	<u>16.675</u>	<u>-</u>	<u>2.867</u>	<u>-</u>

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

10 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e aplicações financeiras:

	Consolidado		Controladora	
	Rating local		Rating local	
	2025	2024	2025	2024
AAA	81.659	113.539	36.506	61.248
	<u>81.659</u>	<u>113.539</u>	<u>36.506</u>	<u>61.248</u>

Os ratings foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

11 Contas a receber de clientes**Política contábil**

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	Consolidado	
	2025	2024
Partes relacionadas (Nota 19)	29.335	12.610
Contratos <i>Wholesale</i>	4.848	-
Energia de curto prazo - CCEE	2.851	952
	37.034	13.562

(b) Vencimentos de contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	30.963	13.562
Vencidos até 3 meses	6.064	-
Vencidos de 3 a 6 meses	7	-
	37.034	13.562

A Administração analisou os saldos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

12 Recebíveis e obrigações de alienação de participação societária

Os saldos de recebíveis e de obrigações de alienação de participação societária estão reconhecidos líquidos do ajuste a valor presente ("AVP"), com efeito no resultado financeiro.

O recebível corresponde ao montante remanescente da alienação da participação societária das ações ONB da investida Cajuína AB3 Holdings S.A. para a BRF (veja maiores detalhes na nota explicativa 1.1.1 (c)), cuja liquidação ocorre conforme cronograma contratual. A obrigação, por sua vez, refere-se à opção de recompra decorrente da cláusula de opção de compra prevista no acordo de acionistas, cujo exercício está estabelecido para o término do contrato de compra e venda de energia vigente.

(a) Composição

	2025		
	Ativo	Passivo	Total
Circulante			
Recebíveis de alienação de participação societária	15.696	-	15.696
	<u>15.696</u>	<u>-</u>	<u>15.696</u>
Não circulante			
Recebíveis (obrigações) de alienação de participação societária	7.375	(12.835)	(5.460)
	<u>7.375</u>	<u>(12.835)</u>	<u>(5.460)</u>
	<u>23.071</u>	<u>(12.835)</u>	<u>10.236</u>

(b) Movimentação

	2025	
	Ativo	Passivo
Saldo no início do exercício	-	-
Novos contratos	31.311	(31.311)
Constituição de ajuste a valor presente (Nota 7)	(1.876)	18.476
Recebimento	(6.364)	-
Saldo no final do exercício	<u>23.071</u>	<u>(12.835)</u>

13 Investimentos**Política contábil**

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

Cajuína AB1 Holdings S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
					2025	2024	2025	2024
Custo (i)								
Ventos de Santa Tereza 02 Energias Renováveis S.A.	207.760	13.416	100,00	100,00	12.717	5.701	220.316	226.692
Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A.	36.640	13.654	100,00	100,00	13.486	4.307	52.967	256.997
Ventos de Santa Tereza 05 Energias Renováveis S.A.	44.457	13.891	100,00	100,00	13.689	(6.710)	63.003	311.242
Ventos de Santa Tereza 13 Energias Renováveis S.A. (ii)	243.690	18.319	50,00	50,00	14.544	4.408	138.322	253.639
Ventos de Santa Tereza 14 Energias Renováveis S.A.	241.704	14.132	100,00	100,00	13.313	4.199	257.775	254.605
Cajuína AB3 Holdings S.A. (iii)	124.516	3.339	100,00	2,00	2.945	-	124.270	-
					70.694	11.905	856.653	1.303.175
Investimento - Mais valia								
Ventos de Santa Tereza 02 Energias Renováveis S.A.					(353)	(353)	12.361	14.894
Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A.					(402)	(402)	16.060	20.917
Ventos de Santa Tereza 05 Energias Renováveis S.A.					(402)	(402)	18.353	25.503
Ventos de Santa Tereza 13 Energias Renováveis S.A.					(401)	(401)	15.987	20.800
Ventos de Santa Tereza 14 Energias Renováveis S.A.					(401)	(401)	15.823	20.472
					(1.959)	(1.959)	78.584	102.586
					68.735	9.946	935.237	1.405.761

- (i) Com o objetivo de financiar a construção de novos complexos solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Controladora, nas informações financeiras individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Dessa forma, os saldos de investimentos apresentam a participação no patrimônio das controladas e os juros capitalizados, no montante de R\$ 79.731 e o resultado de equivalência patrimonial apresenta a participação no resultado do exercício das controladas e a amortização dos juros capitalizados, no montante de R\$ (2.719).
- (ii) Até outubro de 2025, a Companhia detinha 100% de participação nos resultados da controlada. Em novembro de 2025, foi realizada reestruturação societária, na qual a controlada passou a ser 50% da Companhia, e 50% da controlada Cajuína AB3 Holding S.A.
- (iii) A participação societária na investida foi adquirida em novembro de 2025. Assim, o resultado de equivalência patrimonial reconhecido refere-se exclusivamente ao período de 1º de novembro a 31 de dezembro de 2025.

(b) Movimentação

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.405.761	1.387.795
Equivalência patrimonial	68.735	9.946
Dividendos deliberados	(62.819)	(380)
Aumento de capital (Nota 1.1.1 (a))	1.508	8.400
Reduções de capital (Nota 1.1.1 (a))	(477.948)	-
Saldo no final do exercício	935.237	1.405.761

14 Imobilizado**Política contábil**

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia e suas controladas são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 15 – Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos)

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(c) Composição e movimentação

								Consolidado	
	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	2025	2024	
Saldo no início do exercício									
Custo	1.190.239	199.553	10.826	-	-	4.980	1.405.598	1.368.236	
Depreciação acumulada	(60.956)	(10.876)	(413)	-	-	-	(72.245)	(21.113)	
Saldo líquido no início do exercício	<u>1.129.283</u>	<u>188.677</u>	<u>10.413</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.980</u>	<u>1.333.353</u>	<u>1.347.123</u>	
Adições (i)	-	-	-	-	-	31.911	31.911	21.111	
Baixas	-	-	-	-	-	(3.274)	(3.274)	-	
Depreciação	(43.588)	(6.030)	(273)	(80)	-	-	(49.971)	(51.132)	
Remensurações	-	-	-	-	-	-	-	6.839	
Transferências (ii)	161.833	(160.417)	-	702	80	(2.132)	66	9.412	
Saldo no final do exercício	<u>1.247.528</u>	<u>22.230</u>	<u>10.140</u>	<u>622</u>	<u>80</u>	<u>31.485</u>	<u>1.312.085</u>	<u>1.333.353</u>	
Custo	1.352.072	39.136	10.826	702	80	31.485	1.434.301	1.405.598	
Depreciação acumulada	(104.544)	(16.906)	(686)	(80)	-	-	(122.216)	(72.245)	
Saldo líquido no final do exercício	<u>1.247.528</u>	<u>22.230</u>	<u>10.140</u>	<u>622</u>	<u>80</u>	<u>31.485</u>	<u>1.312.085</u>	<u>1.333.353</u>	
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,00	3,00	3,00	6,00	-	-	-	-	

- (i) As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se, predominantemente, às manutenções realizadas nos aerogeradores, as quais foram classificadas como melhorias que aumentam a vida útil ou a capacidade operacional dos equipamentos.
- (ii) O montante de R\$ 66 corresponde a transferência da classe de “Obras em andamento” do imobilizado para o intangível, relacionados à *software*.

15 Obrigações com desmobilização de ativos**Política contábil**

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pela Companhia.

(a) Composição e movimentação

	Desmobilização de ativos	Obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado	
				2025	2024
Saldo no início do exercício	24.453	17.343	(29.637)	12.159	5.052
Atualização monetária	-	-	-	-	268
Remensuração (Nota 14 (a))	-	-	-	-	6.839
Ajuste a valor presente (Nota 7)	184	706	88	978	-
Saldo no final do exercício	24.637	18.049	(29.549)	13.137	12.159
Não circulante	24.637	18.049	(29.549)	13.137	12.159
	24.637	18.049	(29.549)	13.137	12.159

16 Provisão para litígios**Política contábil**

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza cível com prognóstico de perda provável, no montante atualizado de R\$ 132 (Saldo zero em 31 de dezembro de 2024).

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza tributárias com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 6.004 (Saldo zero em 31 de dezembro de 2024).

17 Debêntures

Política contábil

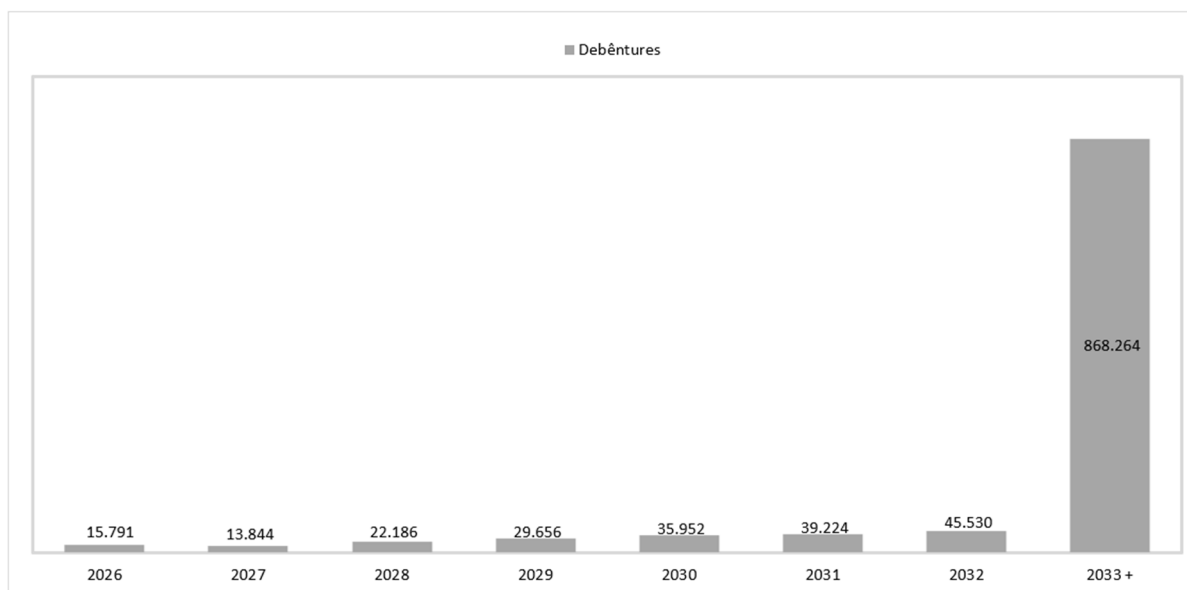
São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

		Consolidado								
		2025								
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
Debêntures	IPCA+7,07%	15.333	(2.889)	3.347	15.791	1.105.218	(50.562)	1.054.656	1.070.447	1.048.250
		15.333	(2.889)	3.347	15.791	1.105.218	(50.562)	1.054.656	1.070.447	1.048.250

		Consolidado								
		2024								
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
Debêntures	IPCA+7,07%	17.860	(2.349)	2.964	18.475	1.073.672	(56.264)	1.017.408	1.035.883	1.035.883
		17.860	(2.349)	2.964	18.475	1.073.672	(56.264)	1.017.408	1.035.883	1.035.883

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(b) Perfil de vencimento - consolidado

O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.035.883	1.013.906	1.035.883	1.013.906
Provisões de juros (Nota 7)	78.345	76.573	78.345	76.573
Atualização monetária (Nota 7)	47.521	51.913	47.521	51.913
Adição dos custos de captações	-	(8.032)	-	(8.032)
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	5.161	2.134	5.161	2.134
Juros pagos	(78.374)	(76.801)	(78.374)	(76.801)
Liquidações	(18.089)	(23.810)	(18.089)	(23.810)
Saldo no final do exercício	1.070.447	1.035.883	1.070.447	1.035.883

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
Debêntures	Garantia Fidejussória Auren Part.

(e) Condições restritivas

Os contratos de financiamentos e debêntures da Companhia e suas controladas possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras podem incluir índice de alavancagem, medida pela relação Dívida líquida sobre Ebitda ajustado, e/ou índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). No período findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram cumpridas.

18 Fornecedores

		Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Fornecedores de materiais e serviços		55.744	43.716	1	5
Fornecedores nacionais - Partes relacionadas	19	2	-	-	-
		55.746	43.716	1	5

19 Partes relacionadas**Política contábil**

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

(a) Consolidado

	Consolidado						
	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Compras
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Contas a receber de clientes (Nota 11 (a))							
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	7.475	-	-	-	7.475	-	-
Auren Participações S.A.	7	-	-	-	-	-	-
Auren Operações S.A.	21.853	12.610	-	-	164.249	97.320	-
	29.335	12.610	-	-	171.724	97.320	-
Fornecedores - compras							
Auren Operações S.A.	-	-	2	-	-	-	1.409
	-	-	2	-	-	-	1.409
Outros							
Auren Operações S.A.	-	-	-	73	-	-	-
	-	-	-	73	-	-	-
Dividendos a pagar							
Tucano Holding I S.A.	-	-	3	3	-	-	-
	-	-	3	3	-	-	-
	29.335	12.610	5	76	171.724	97.320	1.409

(b) Controladora

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
Outros recebíveis (i)				
Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A.		197.950	-	-
Ventos de Santa Tereza 05 Energias Renováveis S.A.		259.160	-	-
		457.110	-	-
Dividendos a receber				
Ventos de Santa Tereza 02 Energias Renováveis S.A.	43	160	-	-
Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A.	50	142	-	-
Ventos de Santa Tereza 05 Energias Renováveis S.A.	96	96	-	-
Ventos de Santa Tereza 13 Energias Renováveis S.A.	-	89	-	-
Ventos de Santa Tereza 14 Energias Renováveis S.A.	-	83	-	-
Cajuína AB3 Holdings S.A.	3.137	-	-	-
	3.326	570	-	-
Dividendos a pagar				
Tucano Holding I S.A.	-	-	3	3
	-	-	3	3
	460.436	570	3	3

- (i) Refere-se ao mecanismo contratual efetuado entre a Companhia e suas controladas, para fornecer fluxo de caixa destinado à amortização dos contratos dos empréstimos e financiamentos captados pela Companhia. O instrumento firmado entre as partes estabelece que sua vigência permanecerá até o integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pelas controladas perante a Companhia.

20 Imposto de renda e contribuição social**Política contábil**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributável, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a *holding* apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

	Consolidado			
	2025			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	185.557	185.557	7.939	7.939
% de Presunção da Base	8%	12%	100%	100%
Base de cálculo Presumida	14.845	22.267	7.939	7.939
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	3.597	2.007	1.988	714

	Consolidado			
	2024			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	113.109	113.109	188	188
% de Presunção da Base	8%	12%	100%	100%
Base de cálculo Presumida	9.049	13.573	188	188
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL corrente	2.142	1.220	139	49
Diferido	(108)	(100)	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	2.034	1.120	139	49

	Controladora	
	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(39.624)	(119.973)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	13.472	40.791
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	23.370	3.382
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(42.450)	(45.390)
Adições/Exclusões sem constituição de diferidos	(38)	(377)
Outras exclusões permanentes, líquidas	-	1.590
IRPJ e CSLL apurados	(5.646)	(4)
Correntes	-	-
Diferidos	(5.646)	(4)
IRPJ e CSLL no resultado	(5.646)	(4)

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 551.461 (R\$ 581.461 em 31 de dezembro de 2024), composto por 535.306.752 (581.460.598 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias e sem valor nominal.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 2% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

No exercício 2025 a Companhia auferiu prejuízo no montante de R\$ 45.270, o qual foi integralmente reconhecido na rubrica “Lucros (prejuízos) acumulados”.

22 Instrumentos financeiros e gestão de risco

22.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(d) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 11 (a))		37.034	13.562	-	-
Partes relacionadas		-	-	457.110	-
		<u>37.034</u>	<u>13.562</u>	<u>457.110</u>	
Ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	2	64.255	50.747	33.548	-
Aplicações financeiras (i) (Nota 9)	1	16.675	-	2.867	-
		<u>80.930</u>	<u>50.747</u>	<u>36.415</u>	
		<u>117.964</u>	<u>64.309</u>	<u>493.525</u>	
Passivos					
Ao custo amortizado					
Debentures (Nota 17)	2	1.070.447	1.035.883	1.070.447	1.035.883
Fornecedores (Nota 18)		55.746	43.716	1	5
Partes relacionadas (Nota 19)		-	73	-	-
		<u>1.126.193</u>	<u>1.079.672</u>	<u>1.070.448</u>	<u>1.035.888</u>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

22.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra

eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração da Auren. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 10. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2025					
Debentures (i)	91.421	203.092	242.939	2.036.039	2.573.491
Fornecedores	55.746	-	-	-	55.746
	147.167	203.092	242.939	2.036.039	2.629.237
Em 31 de dezembro de 2024					
Debentures (i)	18.475	25.915	83.574	907.919	1.035.883
Fornecedores	43.716	-	-	-	43.716
Partes relacionadas	73	-	-	-	73
	62.264	25.915	83.574	907.919	1.079.672
	Controladora				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Debentures (i)	91.421	203.092	242.939	2.036.039	2.573.491
Fornecedores	1	-	-	-	1
	91.422	203.092	242.939	2.036.039	2.573.492
Em 31 de dezembro de 2024					
Debentures (i)	18.475	25.915	83.574	907.919	1.035.883
Fornecedores	5	-	-	-	5
	18.480	25.915	83.574	907.919	1.035.888

(ii) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades das controladas da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

As controladas da Companhia estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Administração da Companhia e de suas controladas realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

As controladas da Companhia consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(a) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(e) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de contratos operacionais, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

22.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras, financiamentos e debêntures são taxas de juros CDI e IPCA. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

				Consolidado				
				Impactos no resultado				
				Cenário I			Cenários II & III	
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	80.930	-72,92 bps*	(590)	(3.015)	(6.029)	3.015	6.029
IPCA 4,26%	Financiamentos (i)	1.123.898	6 bps*	(690)	11.970	23.939	(11.970)	(23.939)

				Controladora				
				Impactos no resultado				
				Cenário I			Cenários II & III	
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	36.415	-72,92 bps*	(266)	(1.356)	(2.713)	1.356	2.713
IPCA 4,26%	Financiamentos e debêntures (i)	1.123.898	6 bps*	(890)	11.970	23.939	(11.970)	(23.939)

(i) Valores desconsideram os custos de captação.

* bps - basis points